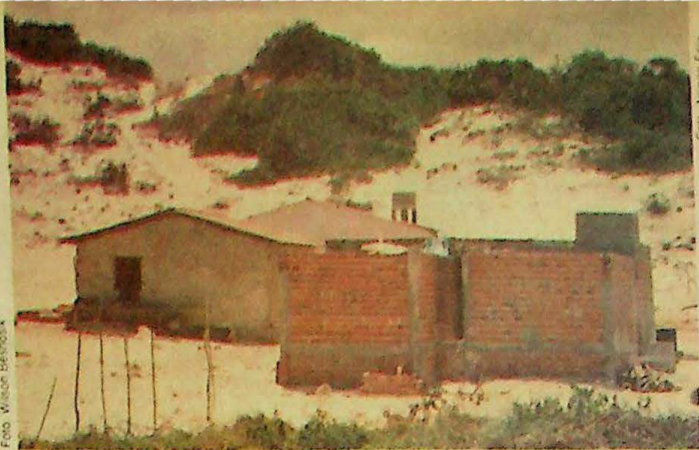




A relocação dos invasores é um começo para salvar o Abaeté

PMS	CPM	GERM
BIBLIOTECA		
Jornal	A Pádua	
Data	06.03.92	
Caderno	Página	
3	2	
Seção		
Assunto		
MEIO AMBIENTE		
Lagoa do Abaeté		

Invasões continuam destruindo patrimônio do Parque do Abaeté

As dunas e a Lagoa do Abaeté continuam sendo depredadas. Um dos agentes desta depredação é a formação de uma favela praticamente nas margens da mística lagoa, que cresce a cada dia. O assunto vem sendo estudado por uma comissão, encabeçada pelo secretário de Terras e Habitação de Salvador, com participação de representantes da Secretaria do Meio Ambiente, Ação Social, Procuradoria Geral do Município e Centro de Planejamento Municipal, que entregou um relatório ao prefeito no último dia 24 e pediu prorrogação do prazo até 17 de abril para concluir os trabalhos.

No relatório prévio, a comissão sugeriu à prefeitura a adoção de medidas urgentes para a relocação dos invasores, a instalação de novos postos avançados da Secretaria de Terras e Habitação na área e a implantação de novos postos policiais, visando reforçar a fiscalização e a segurança na área do Parque do Abaeté.

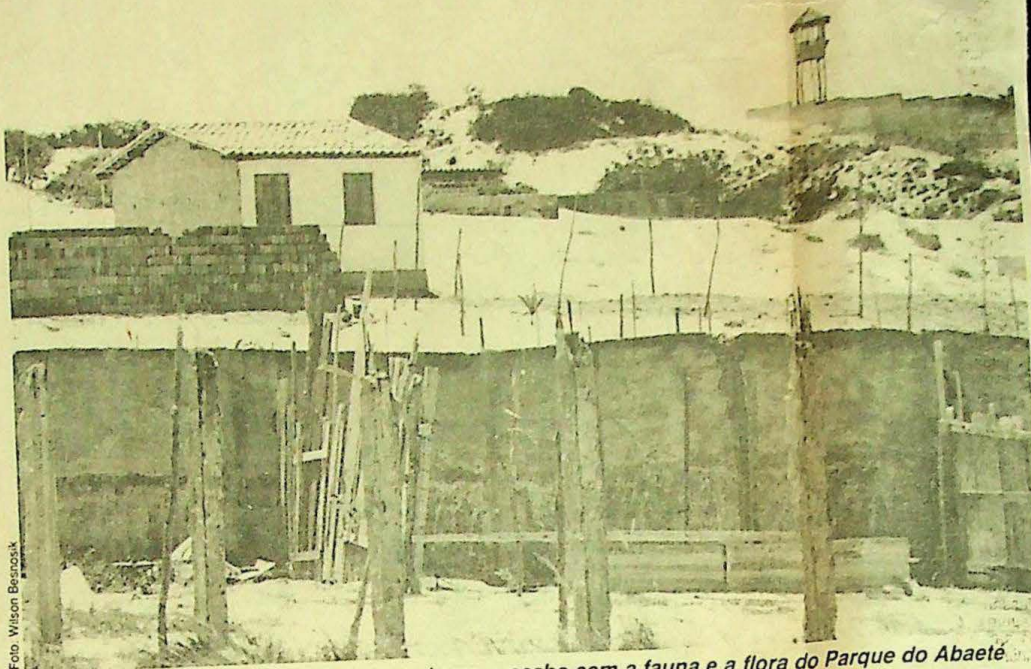
"O mais importante no momento é erradicar as invasões, inclusive as invasões de colarinho-branco da área próxima ao Hotel Sofitel 4 Rodas", afirma o secretário Geraldo Tavares, de Terras e Habitação.

TRANSFERÊNCIA

Para a relocação das cerca de 400 famílias que moram irregularmente na área de preservação do Parque do Abaeté, o secretário sugere a ocupação da área de Santo Inácio (Mata Escura), que já possui lotes urbanizados. Ele assinala, porém, que só a relocação dos invasores não resolve o problema, advertindo que a segunda medida necessária será dotar o parque de outros postos avançados da Seta, além da melhoria do já existente no local, paralelamente à instalação de novos módulos policiais.

"O prefeito irá falar com o governador do estado sobre o assunto, e tão logo receba o sinal verde irei falar com o comando da PM, solicitando estes postos policiais", diz o titular da Seta.

Geraldo Tavares destaca, ainda, que no relatório entregue ao prefeito foi sugerida também a desapropriação das áreas pertencentes a particulares que estão incluídas na zona de proteção rigorosa do parque, visando a preservação do parque. Para a área do camping foi sugerida a implantação de um ninhal de tartarugas, visando a preservação destes animais, muito embora a Secretaria do Meio Ambiente esteja elaborando um projeto de proteção da flora, fauna e meio ambiente do parque.



A construção de casas destrói as dunas e acaba com a fauna e a flora do Parque do Abaeté

Governador promete proteger área

O governo do estado está disposto a impedir o processo acelerado de degradação do Parque do Abaeté, garantindo a sua preservação. Disposição nesse sentido foi revelada pelo governador Antonio Carlos Magalhães ao presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil — IAB BA —, Armando Branco, durante audiência, ontem à tarde. Na ocasião, Branco entregou documento ao governador contendo pleitos ligados a questões ambientais de Salvador. O presidente do IAB disse que Antonio Carlos Magalhães se mostrou receptivo e disposto a colaborar.

O Departamento da Bahia do IAB solicitou ao governador autorizar a Conder, em

convênio com a Universidade Federal da Bahia, a concluir o zoneamento da Área de Proteção Ambiental do Parque das Lagoas e Dunas do Abaeté, instituído pelo decreto estadual n.º 351 de 22 de julho 87.

"O governador disse querer que a Conder assumia junto com a UFBA os estudos para garantir o zoneamento, que vai redefinir todo o processo de ocupação do Abaeté", contou Branco. "Ele se mostrou receptivo à indicação, achando que o Estado pode sustentar o processo de degradação do Abaeté", disse o arquiteto. No documento, o IAB também sugere que o Estado autorize o IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico Cultural) a emitir parecer técnico sobre

a preservação paisagística da encosta da Ladeira da Barra, voltada para o mar.

Defende o IAB que, se for preciso, o Estado embargue as obras de construção civil previstas para a área. Com a reivindicação, se quer evitar a descaracterização da paisagem do trecho que abrange a Igreja de Santo Antônio da Barra até São Caetano, explicou Armando Branco. Contou que na segunda-feira passada o IAB recebeu denúncias de moradores da Barra dando conta de uma construção, que deveria ser erguida na área onde estava instalada a Vila Brandão. "Isso contraria a Lei do Uso do Solo", considerou.